

Vieira-Silva, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

Practices in community social psychology and social mobilization processes: provocations for a debate

Prácticas en psicología social comunitaria y procesos de movilización social: provocaciones para un debate

Marcos Vieira-Silva¹

Resumo

A Psicologia Social Comunitária, desde o seu surgimento no Brasil, nos anos setenta, tem se colocado como um campo temático com forte apelo interdisciplinar e com forte tradição de participação social e política. O trabalho a seguir apresenta reflexões desenvolvidas a partir de experiências de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com a participação do autor e ligadas a categorias temáticas utilizadas por profissionais e estudantes da área. Tais experiências foram e estão sendo desenvolvidas principalmente a partir do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei (LAPIP/UFSJ), em Minas Gerais. O texto termina com um convite ao pensar e agir a partir de provocações sugeridas em torno de várias articulações entre categorias temáticas e práticas desenvolvidas pela Psicologia Social Comunitária.

Palavras-chave: Psicologia Social Comunitária; Experiências Práticas; Categorias Temáticas; Articulações; Mobilização Social.

Abstract

The Community Social Psychology, since its appearance in Brazil in the seventies, has been placed as a thematic field with strong interdisciplinary appeal and with a strong tradition of social and political participation. This work displays reflections developed from teaching experiences, research, and extension developed with the participation of the author and linked to various thematic categories used by professionals and students in the area. Such experiences have been and are being developed mainly from LAPIP / UFSJ - Psychosocial Intervention and Research Laboratory, Federal University of São João del-Rei in Minas Gerais. The text ends with an invitation to think and act from provocations suggested around several articulations between the themes and practices developed by the Community Social Psychology.

Keywords: Community Social Psychology; practical experiences; thematic categories; articulations; social mobilization

Resumen

La Psicología Social Comunitaria, desde sus inicios en Brasil en los años setenta, se ha colocado como un campo temático con fuerte atractivo interdisciplinario y con una fuerte tradición de participación social y política. Este trabajo presenta reflexiones desarrolladas a partir de experiencias de enseñanza, investigación y extensión desarrolladas con la participación del autor y vinculadas a diversas categorías temáticas utilizadas por los profesionales y estudiantes del campo. Tales experiencias han sido y están siendo desarrolladas principalmente de LAPIP/UFSJ - Laboratorio de Intervención e Investigación Psicossocial de la Universidad Federal de São João del Rei, en Minas Gerais. El texto termina con una invitación a pensar y actuar desde provocaciones sugeridas en torno a varias articulaciones entre los temas y prácticas desarrolladas por la Psicología Social Comunitaria.

Palabras clave: Psicología Social Comunitaria; Experiencias Práticas; Categorías Temáticas; Articulaciones; Movilización Social.

¹ Professor Associado III do Departamento de Psicologia da UFSJ. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ. Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, com estágio Pós-Doutoral em História da Psicologia Comunitária. Especialista em Dinâmica de Grupos – Grupos Operativos. Coordenador do LAPIP/UFSJ – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais. Coordenador do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP. E-mail: mvsilva@ufsj.edu.br

Introdução

O presente trabalho foi produzido a partir da participação do autor em uma mesa redonda como tema “Processos de Mobilização Social”, promovida pelo Conselho Federal de Psicologia durante a 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, em setembro de 2012. Na época, foi solicitado aos palestrantes que considerassem duas questões disparadoras: 1. as fronteiras entre a atuação política e a atuação profissional e 2. as especificidades da contribuição da psicologia na mobilização social.

Eu acredito que pensar em processos de mobilização social como tema/espaço de atuação da Psicologia é algo muito recente entre nós. Vale lembrar que até os anos 1970 o modelo de atuação profissional adotado pela maioria da “Psicologia Brasileira” era o da psicologia como “profissão liberal”, pressupondo o trabalho do psicólogo como atividades de atendimento em psicologia clínica nos consultórios particulares ou atividades de consultoria/atendimentos de crianças “problemas” em escolas e/ou trabalhadores “problemas” em organizações. As práticas desenvolvidas em outras perspectivas eram minoria ou eram consideradas práticas “alternativas”. Vale lembrar, também que, em algumas universidades brasileiras, notadamente a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir de meados dos anos 1970, se buscavam outras perspectivas de práticas, de formação e de atuação profissional para a Psicologia, principalmente no que diz respeito à Psicologia Social Comunitária.

Refiro-me aqui a experiências desenvolvidas pelo Setor de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich), sede do Curso de Psicologia. Nesse curso, foi criada em 1974 a disciplina de Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, que oferecia formação para o trabalho em saúde, educação e desenvolvimento social, valorizando interfaces com a pesquisa e a extensão universitária. Foram produzidos trabalhos em comunidades carentes, postos de saúde, associações diversas e hospitais psiquiátricos. A partir de então podemos dizer que a psicologia subiu os morros e chegou às periferias dos grandes centros urbanos, passando a criar novos laços e parcerias com os movimentos sociais. Projetos de extensão universitária em articulação com estágios curriculares e práticas de formação diversas foram se constituindo. atendimentos e acolhimentos no campo da saúde mental surgiram com o Movimento

da Luta Antimanicomial e passaram a contar com os profissionais de psicologia. Projetos de assessoria a órgãos públicos e a movimentos sociais também começaram a demandar profissionais de psicologia. Principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Nordeste, a partir do final dos anos 70, surgiram trabalhos de Psicologia Comunitária a partir de projetos de extensão que passaram a servir de referência para profissionais e estudantes interessados em novas práticas e reflexões.

Podemos nos perguntar aqui, hoje, sobre o que existe em comum entre o modelo proposto pelas práticas de Psicologia Comunitária que foram desenvolvidas a partir daquele período e o modelo das intervenções desenvolvidas nos trabalhos com políticas públicas nos dias de hoje: Quais são as aproximações e semelhanças e quais são as principais diferenças?

Cabe ressaltar que a realidade de atuação da Psicologia Social hoje é muito diferente. As demandas da sociedade e do Estado para a Psicologia hoje se dirigem prioritariamente para a Psicologia Social, tanto em termos de campo de ação da Psicologia quanto em termos de área de reflexão e de formação crítica para os profissionais de Psicologia.

Eu tenho dito aos meus alunos que estou muito à vontade para falar de Psicologia Social hoje. Somos a “bola da vez” no País, no bom sentido, com presença significativa em bibliografias utilizadas como referências para concursos públicos, com ampliação de vagas para profissionais em secretarias municipais e estaduais nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social, situação diferente da vivida por quem começou a trabalhar no final dos anos 1970, quando ainda predominava uma visão de formação para a clínica e para o trabalho em consultórios como a principal referência da prática profissional.

A ampliação dos espaços de atuação profissional para o psicólogo, principalmente no que diz respeito a políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social, é hoje uma realidade. O trabalho que o Sistema Conselhos – Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais – vem realizando com a criação do Centro de Referência de Psicologia para Políticas Públicas (Crepop) se constitui em uma grande fonte de referência para a formação e atuação profissional em Psicologia.

Origens e implicações

Para continuar apresentando minhas reflexões/provoações, creio ser importante dizer de que “lugares” eu falo, ou seja, a partir de que

lugares/espços de atuação venho construindo as considerações que estou apresentando.

Primeiro, do lugar de quem fez sua formação em Psicologia Comunitária na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (Fafich), a partir do envolvimento com os trabalhos de pesquisa e intervenção do Setor de Psicologia Social, coordenado pelo Prof. Célio Garcia. Além de aluno dos professores do Setor, fui monitor de várias disciplinas oferecidas por eles em 1977 e 1978.

Segundo, do lugar de quem é sócio fundador da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), fundada em 1980, na UERJ, durante a reunião da SBPC que marca a volta de Paulo Freire ao Brasil. A Abrapso, em minha opinião, é, até hoje, o maior Fórum de debate e espaço de trocas de experiências entre práticas de Psicologia em articulações com Educação Popular, Ação Comunitária, Psicologia Comunitária, Movimentos Sociais e Psicologia Política.

Terceiro, do lugar de Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em Minas Gerais, e de seu grupo de pesquisa. Leciono na UFSJ, para a graduação e a pós-graduação em Psicologia, desde 1989. Criado em 2000, o Lapip é um laboratório constituído por pesquisadores de várias áreas do Departamento de Psicologia da UFSJ, a saber, Psicologia Social, Psicologia da Educação, Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica, além de pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais. Conta, ainda, com o trabalho de membros associados, profissionais não pertencentes aos quadros da UFSJ e pesquisadores de outras universidades. Nossos projetos de trabalho propõem o desenvolvimento de ações articuladas de ensino, pesquisa, extensão e estágios curriculares. Atuamos em vários contextos – instituições asilares para idosos, associações e grupos comunitários, Policlínica Central do SUS, Programa Saúde da Família, Centros de Atenção Psicossocial, Associação de Portadores de Diabetes, Programas de inclusão de deficientes, unidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), projetos de educação com recursos lúdicos e projetos de apoio psicopedagógico a escolas públicas e creches comunitárias. As intervenções realizadas circulam entre perspectivas de assessoria e atendimento aos grupos comunitários e institucionais, tanto no que diz respeito à luta por conquistar a efetivação nos poderes públicos de condições melhores de vida e saúde, principalmente as que já estão, teoricamente, garantidas pelas políticas públicas, quanto em termos da construção de práticas que possam auxiliar tais grupos na

conquista de autonomia, participação social, gestão coletiva e, até mesmo, autogestão, produção de identidades grupais, de relações de poder mais igualitárias e de momentos e espaços para vivências de afetividade; enfim, conquista e exercício cotidiano de cidadania e saúde mental. Também são desenvolvidos trabalhos de assessoria às Secretarias Municipais da cidade e da região. Os trabalhos do Laboratório se articulam no Grupo de Pesquisa nomeado Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, que desenvolve três linhas de pesquisa: “Processos Psicossociais e Sócio-Educativos”, “Formação Cultural: Trabalho, Arte e Lúdico” e “Trabalho, Identidade e Saúde”.

Princípios adotados

A maior parte dos programas de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Lapip vem adotando, como requisitos e perspectivas fundamentais: a) a busca de uma permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (b) a formação de um profissional de Psicologia com visão crítica e comprometida com a transformação das condições adversas vivenciadas pela população que constitui sua clientela.

Em função disso, nos trabalhos que estamos desenvolvendo em comunidades e instituições, certos pressupostos teóricos e metodológicos são privilegiados, pois acreditamos que eles nos oferecem maiores possibilidades para o alcance de tais requisitos e objetivos. Assim sendo, quando falamos em metodologia de diagnóstico e intervenção em grupos comunitários e institucionais, estamos falando da utilização dos pressupostos da pesquisa-ação, da pesquisa participante, das oficinas de grupo e da pesquisa-intervenção, ou seja, buscamos a estreita vinculação entre pesquisa e intervenção e a permanente participação da população considerada no processo da investigação. Autores como Kurt Lewin (1958, 1969, 1970), Michel Thiollent (1981, 1985) e Carlos Brandão (1981, 1984) são referências consideradas.

Acreditamos que não há como separar o diagnóstico da intervenção. Ao procurarmos fazer um diagnóstico de um grupo, estamos fazendo uma intervenção. Por outro lado, quando fazemos uma intervenção, estamos, obrigatoriamente, levantando dados sobre o grupo, procurando entender sua dinâmica, ou seja, estamos fazendo um diagnóstico, uma investigação. Outra referência utilizada por nós em vários trabalhos é a análise institucional (Lapassade, 1977; Lapassade; Lourau, 1972; Lourau, 1975). A partir dela trabalhamos nos grupos,

principalmente com os pressupostos de análise da demanda (cada solicitação que nos é demandada deve ser analisada criticamente, levando-se em consideração seu surgimento, possibilidades de atendimento, implicações socioinstitucionais, etc.), de autogestão (a gestão dos grupos por si mesmos, as tentativas de criação e manutenção de espaços e práticas de gestão crítica e coletiva), e da regra da livre expressão (o restituir, trazer à tona o não dito, a explicitação dos rumores e dos segredos). A construção ou elucidação de analisadores também é uma estratégia utilizada (construção de dispositivos de análise ou utilização de recursos ou dispositivos já existentes e que podem ser explicitados e utilizados nos trabalhos).

Buscamos desenvolver com os vários grupos e coletivos institucionais atividades que se orientam no sentido da criação de espaços que possibilitem o desenvolvimento da conscientização e da percepção crítica dos fenômenos grupais (Vieira-Silva, 2000; 2003; 2008; Vieira-Silva, Amaral, Grandi, 2002, entre outros). Nessa direção, lançamos mão, também, das contribuições dos grupos operativos e da análise dialética do processo grupal (Pichon-Rivière, 1982; Lane, 1981, Martín-Baró, 1989), bem como das oficinas de grupo (Afonso, 2000) e dos círculos de cultura propostos por Paulo Freire (1981, 1983).

Na perspectiva da Pesquisa-Intervenção Psicossocial, concebemos a maior parte dos nossos trabalhos como um processo

de produção de conhecimento sobre grupos, organizações, instituições, comunidades e movimentos sociais, fundado nas reflexões teóricas e descobertas da psicologia social e da psicossociologia, e, simultaneamente, um conjunto de práticas clínicas de consulta voltadas para o tratamento desses diferentes conjuntos sociais e meios abertos. (Machado, 2004, p. 15).

Em vários desses grupos, recursos de imagem, tais como vídeo, filmes, slides, dramatizações, fotografias, têm sido utilizados associados a tais técnicas e fundamentos. Essa utilização permite uma maior participação da população no processo de intervenção e investigação, bem como proporciona maiores oportunidades de identificação e implicação dessa população com os problemas enfrentados e com o trabalho desenvolvido.

Dessa forma, aspectos ligados às manifestações de afetividade e lazer, bem como ao processo de produção da identidade grupal podem, por intermédio desses recursos, serem captados, registrados e analisados em uma “dimensão mais inteira” (Vieira-Silva, 2000). É em função disso que

temos considerado os recursos de imagem, principalmente os vídeos e as fotografias, como instrumentos privilegiados de coleta e análise de dados, bem como de produção e resgate da história e da identidade dos indivíduos e dos grupos. Os recursos de imagem são utilizados, também, como recursos suporte para atividades de reflexões com os grupos comunitários e institucionais, permitindo que eles mesmos avaliem suas formas de interação e participação social (Vieira-Silva, 2000).

Categorias temáticas e provocações para reflexões

No trabalho cotidiano com os grupos institucionais e comunitários, dentro da perspectiva de uma Psicologia Social crítica, lançamos mão de algumas categorias temáticas que nos ajudam tanto como analisadores das situações cotidianas e das relações interpessoais quanto como objeto de pesquisa do desenvolvimento das subjetividades individuais e coletivas. São elas:

1. Grupo e Processo Grupal. Partimos de concepções de autores como Lane (1981) e Vieira-Silva (2000), pensando o grupo como mediação das relações dos indivíduos com os movimentos sociais e pensando no processo grupal como o movimento dinâmico do grupo, como o movimento do grupo de “se fazer grupo” (Vieira-Silva, 2000), do seu modo de se organizar como grupo e dos seus modos de se organizar para cumprir com suas tarefas. Aqui vale dizer, com mais propriedade, que o grupo está sendo grupo, está se fazendo grupo, em vez de dizer que o grupo é. O tempo verbal do grupo é o gerúndio. Vale lembrar, também, de Pichón-Rivière (1988) e de Afonso (2000), com os grupos operativos e com as oficinas de grupos, referências que se tornaram das mais significativas para atividades com grupos em vários programas e atividades de atenção e acolhimento desenvolvidos em políticas públicas.

2. Identidade Individual e Grupal. Essas categorias adquirem relevância em estudos e práticas da Psicologia Social brasileira e, mais especificamente, da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso), a partir dos anos 1980 (Lane, 1984; Ciampa, 1987; Martín-Baró, 1989; Vieira-Silva, 2000). Concordamos com Ciampa (1987), quando diz que a identidade não pode ser definida como algo pronto, acabado. Identidade é processo, é metamorfose, está em constante produção. A partir de nossos trabalhos em São João del-Rei, nos perguntamos:

que relações estão sendo estabelecidas entre identidade individual de músico e identidade grupal

de músico de uma determinada corporação musical? Vale ressaltar que identidade é uma categoria fortemente presente em todos os grupos trabalhados/ investigados, embora se apresente com nuances diferentes em cada um deles. (Chaves; Vieira-Silva, 2009).

A identidade também é gerúndio, ou seja, vai sendo produzida e transformando-se no cotidiano das relações que são estabelecidas socialmente, vai sendo influenciada por essas relações e vai influenciando-as reciprocamente. No processo de sua produção, a identidade é influenciada, é determinada pelas atividades que realizamos e pelas características e papéis que nos são atribuídos e que rejeitamos ou incorporamos como nossos em vários momentos e ações.

3. Afetividade Grupal. É categoria que, do nosso ponto de vista, vai englobando os sentimentos e as emoções vivenciadas cotidianamente e tão presentes no dia a dia dos movimentos sociais e nos trabalhos desenvolvidos com grupos por profissionais de Psicologia e das ciências humanas e sociais. Temos percebido, em várias de nossas investigações, a existência de uma relação entre o nível de organização e consistência da atividade grupal e o nível de afetividade presente nas relações grupais. As emoções e os sentimentos desempenham papel importante, ou até mesmo fundamental, no surgimento e desenvolvimento de fenômenos e de processos grupais, principalmente quando enfrentadas, vivenciadas e assumidas coletivamente. Em várias situações, apenas a possibilidade de expressão das emoções e dos sentimentos já é fator de mobilização ou até mesmo de integração. Valem aqui os sentimentos e as emoções tidos como positivos ou negativos, como a alegria ou a raiva, como a tristeza ou a euforia, vivenciados pelos indivíduos e por seus coletivos, compondo uma categoria temática trabalhada por vários autores ligados a várias concepções teóricas, entre os quais Pagès (1976); Pichón-Rivière, (1988), Agnes Heller (1985); Lane; Sawaia (1995); Montero (1994), Martín-Baró (1989); Vieira-Silva (2000), Brandão (1981). Vale, ainda, ressaltar a relevância que tais questões têm adquirido para a Psicologia Social em trabalhos realizados a partir dos anos 2000.

4. Participação Social. Essa categoria é buscada no Serviço Social e na Sociologia, revista principalmente a partir do processo de redemocratização do País nos anos 1980. Passou a ter novamente importância nos anos 2000, com o surgimento mais efervescente dos Conselhos Municipais e Conferências municipais, estaduais e federais, considerados como pré-requisitos para o desenvolvimento de políticas públicas e para a

efetivação dos programas de orçamentos participativos. É incentivada por gestores e por instâncias políticas de várias conotações, filiações partidárias ou perspectivas. Continua a ser um desafio para os que se dedicam aos trabalhos com comunidades e programas de saúde que implicam em envolvimento da população para melhor adesão aos tratamentos.

5. Cidadania Emancipatória. Categoria trabalhada a partir da sociologia e da política, a cidadania passa a ter novas dimensões com sua incorporação como tema da Psicologia Social Comunitária no Brasil, a partir do final dos anos 1970 e nos anos 1980. Temos trabalhado muito com a concepção de Demo (1988, 2002) que adota o termo cidadania emancipatória, dizendo que não é qualquer cidadania que nos interessa, mas uma cidadania que produza emancipação dos participantes no trabalho cotidiano com os movimentos sociais. A pretensão de transformação do indivíduo em sujeito, proposta pela Psicologia Social Comunitária só se efetiva com o desenvolvimento de processos de emancipação e consciência crítica dos sujeitos envolvidos.

6. Consciência Crítica. Categoria trabalhada pela Psicologia sócio-histórica (Leontiev, 1978a; 1978b), consciência ou consciência crítica ganha destaque no Brasil e na América Latina também a partir do final dos anos 1970, com as práticas da Psicologia Social Comunitária (Góis, 1988, 1993). Foi assumida por Sílvia Lane como uma das categorias fundamentais do psiquismo humano e tornada foco de investigação no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP nos anos 1990 (Lane; Sawaia, 1995). De lá para cá, vem se tornando uma categoria obrigatória para as ciências humanas, principalmente nos estudos sobre política e movimentos sociais.

7. Cultura e Diversidade Cultural. São conceitos que nos ajudam por sua importância “na descrição das práticas específicas de determinadas populações e dos significados compartilhados pelos membros do grupo em relação à sua prática” (Campos, 1996). Aqui nos importam tanto as formas de convivência com a cultura como as formas de manifestações de muitos grupos diversos sobre seus modos de pensar e de conviver com as artes, com a literatura, com a dança e com a música. Vale lembrar que vivemos em São João del-Rei, cidade com mais de trezentos anos de história, rica em tradições culturais e inserida em uma região, os Campos das Vertentes, que respira intensamente cultura, teatro e música, tanto a que é produzida e reproduzida por suas corporações musicais e seus grupos de teatro quanto pelos sinos de suas igrejas e pelos sons de blocos e escolas de

samba, responsáveis por um carnaval famoso e com forte apelo popular. A cidade e região são consideradas, ainda, como berço da liberdade, pelo seu papel atuante nos movimentos históricos de luta pela independência em relação a Portugal. Além de um sem número de orquestras e bandas de música, a cidade conta com o Conservatório Estadual de Música da Universidade Federal de São João del-Rei, a UFSJ, que promove o Inverno Cultural, tradicional festival de arte e cultura realizado anualmente, durante o mês de julho, por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. O festival se encontra em sua 28ª edição e a UFSJ está na cidade e região há 28 anos. O evento se caracteriza pela grande oferta de oficinas e espetáculos para todas as faixas etárias, com acesso gratuito e destinadas a iniciantes e iniciados nas mais diversas manifestações das artes e da cultura. A UFSJ mantém ainda um Centro Cultural, instalado no Solar da Baronesa de Itaverava, que oferece atividades artísticas e culturais durante todo o ano, tanto em suas próprias instalações quanto no Teatro Municipal ou nas sedes dos grupos e associações culturais da cidade e região. A participação da população é intensa e muito notada, também durante os vários eventos que são realizados em praça pública. Vários projetos de extensão e pesquisa da UFSJ são realizados na cidade e região, como oportunidade de prática profissional para alunos e professores de várias áreas do conhecimento e como oportunidade de atuação conjunta com tais grupos e associações culturais, contando com a participação cotidiana da população.

8. Meio Ambiente, Qualidade de Vida e Habitação. A busca pela preservação e melhoria do meio ambiente, pela qualidade de vida e por formas de habitação que produzam relações mais igualitárias entre os habitantes são, também, temas que se articulam com os propósitos e projetos desenvolvidos pelos profissionais que atuam com a Psicologia Social Comunitária na cidade e região.

9. Representações Sociais. Tema emblemático para a Psicologia Social no mundo inteiro a partir dos estudos de Serge Moscovici (1978), representações sociais constitui uma categoria temática importante para a análise de temas específicos, principalmente nas áreas de saúde e educação. No Brasil existem vários grupos de pesquisa que se dedicam aos estudos das representações sociais, tanto na Psicologia quanto nas ciências humanas e sociais de maneira geral.

10. Relações de Poder. Mais igualitárias ou menos autoritárias, relações de poder são parte dos nossos desejos de construção de uma sociedade mais

justa e democrática. Com certeza, são parte dos desejos dos movimentos sociais e pretensão de parte dos gestores públicos que procuram implantar políticas mais participativas. Talvez esse seja o nosso maior desafio para a consolidação de uma sociedade democrática, para uma política menos corrupta e mais participativa. Acompanhando Machado (2002), adotamos a perspectiva de Cornelius Castoriadis de uma política tal como os gregos a criaram: questionamento explícito das instituições estabelecidas pela sociedade, tendo em vista a expansão da democracia. Para Castoriadis (1992), a democracia representa “a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual” (p. 138) e política é projeto – sempre germe instituinte, interrogação das significações imaginárias da sociedade (SIS), visando a outro tipo de sociedade, outro tipo de indivíduo. Política é também projeto de autonomia, isto é, de “atividade coletiva, refletida e lúcida, visando à instituição global da sociedade como tal” (p. 145). Política é, ainda,

[...] a instauração de outro tipo de relação entre a sociedade instituída e instituinte, entre as leis dadas a cada vez e a capacidade reflexiva e deliberativa do corpo político; [...] a liberação da criatividade coletiva, permitindo formar projetos coletivos para empreendimentos coletivos e trabalhar neles. (Castoriadis, p. 160).

[...] a criação de instituições que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à autonomia individual e à possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade. (Castoriadis, p. 148).

Em função de tudo isso, a política é e deve ser uma construção coletiva e permanente.

11. Inclusão Socioeconômica, Inclusão Social e Inclusão Psicossocial. Do ponto de vista da psicologia social, não pode nos bastar uma inclusão social ou socioeconômica. A maioria dos programas sociais ligados a políticas públicas atinge os indivíduos apenas até a inclusão socioeconômica, como vários programas de geração de renda. Nós queremos uma inclusão psicossocial, ou seja, uma inclusão que provoque/possibilite a transformação do indivíduo em sujeito. Não basta uma melhoria na condição socioeconômica, é preciso que ela seja acompanhada de melhoria nas condições de vida, saúde, habitação, inserção no meio ambiente, condições de trabalho e de vida digna, ou seja, condições de vida saudável e acesso à felicidade (Vasconcelos, 1985).

12. Processos Educativos e Reflexivos como Espaços de Produção de Sujeitos. Pensamos em experiências desenvolvidas com grupos que

discutem processos de saúde-doença, em uma perspectiva de educação problematizadora, na esteira das proposições de Paulo Freire, buscando o envolvimento da população com programas de desenvolvimento social e com a saúde coletiva. Trata-se de trabalhos que buscam ampliar os modos de adesão a tratamento de doenças crônicas, trabalhos que buscam ampliar as formas de participação da população em programas de educação e desenvolvimento social, em conselhos municipais ligados a políticas públicas, programas de atenção a idosos e programas de assistência social (Paulo Freire, 1981).

Como conclusão das provocações, vale levantar algumas dificuldades e impasses do trabalho com os movimentos sociais, com o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as políticas públicas de maneira geral:

1. A desarticulação da sociedade civil no Brasil, a partir de meados dos anos 1990, e as contradições das articulações político-partidárias em nossa sociedade, particularmente nos anos 2000. Nossa confiança tanto nos políticos como nos processos e programas públicos que envolvem sua participação tem sido fortemente abalada nas últimas décadas. Trabalhar com os órgãos públicos e com as instituições sociais que se relacionam cotidianamente com a política, de forma direta e indireta, tem sido desafios que atravessam as práticas da Psicologia Social Comunitária e/ou dos profissionais de Psicologia que se sentem atingidos por suas implicações em seu trabalho cotidiano.

2. O tempo de Kronos em oposição ao tempo de Kairós, ou seja, as grandes dificuldades de articulação do tempo de efetivação das políticas públicas com o tempo de efetivação das mudanças de comportamento das comunidades em relação aos problemas de saúde, educação e desenvolvimento social. Kronos é o deus do tempo cronológico, o tempo do relógio, enquanto Kairós é o deus do tempo da reflexão, da filosofia, do pensar. Temos discutido a necessidade de avaliar sempre os impactos produzidos a curto, médio e longo prazo por nossos trabalhos e pelas políticas públicas que nos são mais próximas. Na maioria das vezes, os gestores públicos têm pressa de resultados. Pretendem sua reeleição ou a eleição de seus continuadores, o que faz com que implementem políticas públicas em “versões reduzidas”, ou tenham pressa de obter resultados ligados a processos educativos, que, na maioria das vezes, são lentos e contraditórios por natureza. Já sabemos, há muito, que não mudamos comportamentos e culturas em curto prazo, que processos educativos efetivos não acontecem em curto prazo.

3. Produção de conhecimento a partir dos trabalhos comunitários. Aqui vale ressaltar a importância do registro e da análise dos resultados em reuniões com as comunidades, em sala de aula, em reuniões de supervisão, em publicações diversas, sem o que não conseguiremos avançar na construção coletiva de uma nova sociedade, baseada em condições mais igualitárias e em relações de poder mais fraternas.

4. Categorias provocadoras: “Brilho no olho” e “Indignação”. Como lidamos com a subjetividade e com as implicações psicossociais dos processos sociais e culturais, sabemos que um brilho nos olhos de nossos “clientes/sujeitos”, que um sorriso iluminado de uma criança e que um aceno de vida e saúde mental de um idoso institucionalizado são resultados que valem mais do que qualquer outro, passível de generalização e publicável em periódicos científicos. No entanto, precisamos traduzir nossos dados e mostrar sua importância para os processos de desenvolvimento social, educação e saúde pública. Publicar reflexões a partir de nossos resultados também é fundamental para o avanço da Psicologia como ciência e profissão. Além disso, se não nos sentirmos indignados com as condições cotidianas de vida e mal estar de nossa clientela e lutarmos para sua superação, significa que está faltando compromisso ético, envolvimento afetivo e desejo de transformação social.

Considerações finais ou finalizações nada conclusivas

Voltando ao começo, para fechar as provocações, propõe-se a reflexão permanente sobre alguns desafios muito presentes em nosso campo de trabalho.

Com relação às fronteiras entre a atuação política e a atuação profissional, destacamos: o compromisso ético com nossa clientela e busca da produção permanente de uma subjetividade cidadã; o compromisso político com a construção de uma sociedade mais justa e sempre democrática; a convivência com o compromisso permanente de uma atuação que incorpora o ser militante ao ser psicólogo (vale sempre lembrar Paulo Freire e sua crítica a uma educação bancária); os desafios da produção de uma ciência que melhore a vida cotidiana da sociedade em que é desenvolvida.

A promoção de práticas de formação e atuação profissional desenvolvidas em articulação com projetos de extensão universitária continuam sendo um espaço privilegiado para a produção de processos psicossociais e socioeducativos que provocam parcerias entre os saberes acadêmicos e populares e

Vieira-Silva, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

proporcionam possibilidades de participação social em políticas públicas.

No que respeita às especificidades das contribuições da Psicologia Social Comunitária para a mobilização e participação sociais, propomos: acolhimento e atenção psicossocial pensadas como práticas permanentes de atendimento psicológico em programas e políticas públicas (vale lembrar que a Atenção Psicossocial vem se constituindo como uma perspectiva de atendimento psicológico desde a segunda metade dos anos 1970, com maior desenvolvimento na década de oitenta, a partir do movimento de Reforma da Assistência à Saúde Mental no Brasil, quando começaram a surgir os serviços alternativos ao modelo hospitalocêntrico de assistência à saúde e saúde mental); busca da promoção de autoestima também como objetivo de políticas públicas em oposição a práticas de autoajuda e a atendimentos psicoterapêuticos tradicionais; busca permanente da produção de Subjetividades Cidadãs como meta de políticas públicas em que houver atuação da Psicologia; inclusão psicossocial, como meta de trabalho da Psicologia concebida nas perspectivas que mencionamos acima, e nas suas articulações cotidianas com políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social, que, no nosso entender, devem tê-la como meta cotidiana e permanente.

Fica aqui o nosso convite ao pensar e agir individual e coletivamente, participando da construção de novas modalidades de atenção e do resgate de perspectivas práticas e teóricas que vem nos dando suporte para a construção de uma Psicologia Social Comunitária mais comprometida com a construção coletiva de uma sociedade mais justa e igualitária para todos nós.

Referências

- Afonso, M. L. (2000). *Oficinas em dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Brandão, C. R. (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. R. (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia social comunitária*. Petrópolis: Vozes.
- Castoriadis, C. (1987/1992). *Psicanálise e política*. (p. 151-164). In: Castoriadis, C. *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto / 3*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chaves, S. R. & Vieira-Silva, M. (2009). *A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João del-Rei e região: a relação da afetividade grupal com a performance*[Relatório de pesquisa]. São João del-Rei, MG: Universidade Federal de São João del-Rei.
- Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Demo, P. (1988). *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez Editora / Autores associados.
- Demo, P. (2002). *Participação e avaliação: projetos de intervenção e ação*. In: Sorretino, M. (Coord.). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Freire, P. (1981). *Educação e mudança*. São Paulo. Paz e Terra.
- Freire, P. (1983). *Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação* (p. 34-41). In: Brandão, C. R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Góis, C. W. L. (1988). *Reflexões sobre psicologia comunitária*. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 6(2), 25-31.
- Góis, C. W. L. (1993). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: UFC.
- Heller, A. (1985). *Teoría de los sentimientos*. Barcelona: Editorial Fontamara.
- Lane, S. T. N. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984). *A Psicologia social e uma nova concepção de homem para a "Psicologia"*. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. & Sawaia, B. B. (1995). *La Psicologia*

Vieira-Silva, Marcos. Práticas em psicologia comunitária e processos de mobilização social: provocações para um debate

- Comunitaria en Brasil. In: Wiesenfeld, E. & Sanches, E. (Orgs.). *Psicologia Comunitaria: contribuições latinoamericanas*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos.
- Lapassade, G. (1977). *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lapassade, G; Lourau, R. (1972). *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leontiev, A. N. (1978a). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte.
- Leontiev, A. N. (1978b). Actividad, conciencia y personalidad. Buenos Aires: Ciencias del Hombre.
- Lourau, R. (1975). *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes.
- Lewin, K. (1958). Group decision and social change. (p.197-211). In: Maccoby, E. E.; Newcomb, T. M.; Hartley, E. L. (Ed.). *Readings in social psychology*. New York: Henry Holt and Company.
- Lewin, K. (1969). *Dinâmica de la personalidad*. Madrid: Morata.
- Lewin, K. (1970). *Problemas de dinâmica de grupo*. São Paulo: Cultrix.
- Machado, M. N. M. (2002). Psicanálise e política no pensamento de Cornelius Castoriadis. *Revista Psicologia Política*. 22(4), 297-304.
- Machado, M. N. M. (2004). *Práticas psicossociais: Pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, Grupo y Poder: Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador: UCA Editores.
- Montero, M. (1994). *Psicología Social Comunitaria*. Mexico: Universidade de Guadalajara.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Pagès, M. A. (1976). *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis: Vozes.
- Pichón-Rivière, E. (1988). *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Thiollent, M. (1981). *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda.
- Thiollent, M. (1985). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcelos, E. M. (1985). *O que é Psicologia Comunitária*. São Paulo: Brasiliense.
- Vieira-Silva, M. (2000). *Processo grupal, afetividade, identidade e poder em trabalhos comunitários: paradoxos e articulações*. Tese de doutorado. SP: PUC-SP.
- Vieira-Silva, M. (2003). As implicações da afetividade e da identidade grupais nas estratégias de construção da cidadania (pp. 201-208). In: Guerra, A.M.C.; Kind, L., Afonso, L.; Prado, M.A.M. (Orgs.). *Psicologia social e direitos humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- Vieira-Silva, M. (2008). Práticas em psicologia social comunitária: questionamentos e articulações com a extensão universitária em Minas Gerais (v. 1, pp. 87-101). In: Dimenstein, M. (Org.). *Psicologia social comunitária: aportes teóricos e metodológicos*. Natal: Editora da UFRN.
- Vieira-Silva, M., Amaral, M. M. S.; Grandi, A. (2002). Afetividade, identidade e poder em grupos comunitários: características e articulações com o desenvolvimento do processo grupal *Psicologia em Revista*. 8(12), 125-129.

Recebido em: 21/08/2014
Aprovado em: 18/09/2015